

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2014
(REGISTRO DE PREÇOS)**

A **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, por intermédio de seu Secretário Estadual, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno do Ministério Público Federal, Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, torna público que o Pregoeiro deste órgão e sua equipe de apoio, instituídos pela Portaria PR/RN nº 69, de 10 de junho de 2014, do Senhor Procurador-Chefe da PR/RN, comunica aos interessados que fará realizar licitação do tipo **MENOR PREÇO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei 10.520, de 17/07/2002, da Decreto 7.892, de 23/01/13, do Decreto nº 3.555 de 08.08.2000, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e, subsidiariamente da Lei nº 8.666 de 21.06.93, com as devidas alterações e demais normas pertinentes.

RETIRADA DESTE EDITAL - O *download* deste Edital está disponível gratuitamente na página da *Internet*: <http://www.prrn.mpf.gov.br> ou na sede da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Deodoro da Fonseca, 743, Tirol, Natal-RN, ao custo total de R\$ 0,10 por página.

1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela *Internet*), dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital

1.2. Todas as referências de tempo estabelecidas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

PROCESSO MPF/PRRN Nº 1.28.000.001144/2014-51

PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA: da publicação do aviso até o horário limite de início da sessão pública.

DATA DE ABERTURA: 11 de setembro de 2014.

HORÁRIO: 14h (horário de Brasília).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

UASG: 200085 – Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte

1.3. Não ocorrendo expediente ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2. OBJETO

2.1. REGISTRO DE PREÇOS para futuro e eventual fornecimento de **MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS ENTRE OUTROS** para as unidades do Ministério Público Federal situadas no Estado do Rio Grande do Norte, conforme disposições, especificações técnicas e quantitativo constante no **Anexo I – Termo de Referência**.

2.2. São partes integrantes deste Edital:

- a) Termo de Referência (Anexo I);

- b) Modelo de Proposta de Preços (Anexo II);
- c) Modelo de Declaração nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009. (Anexo III);
- d) Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo IV);
- e) Modelo de Proposta para Formação de Cadastro de Reserva. (Anexo V).

2.3. O registro de preços será formalizado por intermédio de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP**, conforme minuta constante do ANEXO IV e nas condições previstas neste Edital, com prazo de vigência de 12 (doze) meses.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos, devendo:

3.1.1. Estar cadastradas no SICAF em qualquer unidade de cadastramento dos Órgãos/Entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI, por meio do *Site*: www.comprasnet.gov.br para acesso ao sistema eletrônico;

3.1.2. O fornecedor descredenciado no SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente;

3.1.3. Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via *internet*, a sua proposta de preços;

3.1.4. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.1.5. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

3.1.6. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

3.1.7. Utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

3.1.8. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.2. O Pregão será conduzido pela Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, com apoio técnico e operacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, representado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

3.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Incumbe ao licitante providenciar o seu credenciamento no SICAF.

3.4. Como requisito para a participação no Pregão, os licitantes deverão declarar em modelo próprio do sistema eletrônico que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

3.4.1 Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no presente Edital.

3.5. Não poderão participar deste Pregão:

3.5.1. Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.5.2. Empresas que se encontrem com falência decretada, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com consulta nos seguintes cadastros:

3.5.2.1. Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SICAF;

3.5.2.2. Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/>);

3.5.2.3. Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

(<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/responsabilizacao/arquivos/Inidoneos.html>);

3.5.2.4. Cadastro nacional de condenações cíveis por improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3.5.3. É vedada a participação na licitação e a contratação de empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, pessoa que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público da União e dos Estados, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público.

3.5.4. É vedado à futura CONTRATADA manter empregados, no âmbito do CONTRATANTE, que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, observando-se também, no que couber, a vedação de reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública.

3.5.5. Não poderá participar da licitação sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

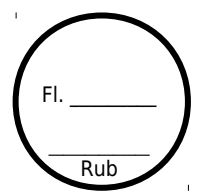
3.5.6. Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada por esta Procuradoria;

3.5.7. Consórcio de Empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, ou, ainda, Cooperativas de Mão de obra, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União; e

3.5.8. Empresas que contratem e que possuam em seu quadro, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou ainda, com menos de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, consoante o inciso XIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

3.6. A licitante e seu representante legal deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo de **3 (três) dias úteis** antes da data da realização do pregão, não podendo, em hipótese alguma, pessoa (física ou jurídica), mesmo que credenciada por processo legal, representar mais de uma empresa nesta licitação.

3.7. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico ao site: www.comprasnet.gov.br.



3.8. Para realização do credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no SICAF no *site* mencionado no subitem anterior.

3.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.10. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA LICITAÇÃO

4.1. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá declarar em modelo próprio do sistema eletrônico que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

4.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços a partir da publicação do aviso no *site* www.comprasnet.gov.br até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

4.3. No dia e hora previstos no item 1.2 do presente edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, quando o Pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital. Caso constate irregularidade, promoverá a exclusão da proposta. Uma vez executado este procedimento, o Pregoeiro fará a divulgação das propostas classificadas, ordenadas automaticamente pelo sistema, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

4.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A partir do horário previsto deste Edital e seus Anexos, a sessão pública na *internet* será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

5.2. A licitante deverá remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via *internet*, a proposta com o **VALOR GLOBAL POR GRUPOS (1 A 9) E GLOBAL POR ITEM PARA OS DEMAIS.**

5.3. Para formular e encaminhar a proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (proposta de preço padrão do sistema), a licitante deverá fazer sua cotação na tela de proposta como condição de participação; devendo estar ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste Edital, o atendimento dos seguintes requisitos:

- a) quando solicitada pelo Pregoeiro, a proposta de preços atualizada com o valor do menor lance, **acompanhada do Anexo II (Planilha de Preços)**, deverá ser enviada via sistema eletrônico pela empresa vencedora, contendo os preços expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos e também por extenso;
- b) nos preços propostos e nos lances que vier a fornecer já deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, bem como

todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta;

- c) toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, que prevalecerá;
- d) Ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. De igual modo, **se houver divergências entre as especificações do COMPRASNET e as do edital, prevalecerão as especificações deste último;**
- e) Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Contudo, se a licitante for classificada na sessão do Pregão para ofertar lances por meio do sistema eletrônico, poderá fazê-lo na forma e na oportunidade prevista neste Edital. Poderá, ainda, até a abertura da sessão, retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;
- f) a proposta deverá conter a discriminação do item com seu respectivo preço unitário e total, com, no máximo, 2 (duas) casas decimais, a indicação da **marca/modelo** e/ou denominação do **fabricante**, que deverá estar impressa na embalagem e/ou no corpo do material, conforme o caso, o prazo de garantia e sua procedência/origem;
- g) deverão constar da proposta os dados do **representante legal** da empresa para Assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** (nome completo, cargo ou função, número de identidade, número do CPF/MF, endereço, telefone e *e-mail*), bem como os dados bancários do licitante (banco, agência, número da conta corrente), anexando a respectiva cópia autenticada da procuração e/ou contrato social da empresa, conforme o caso.

5.4. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas:

- a) que não atendam às exigências do ato convocatório ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;
- b) que contiverem preços condicionados as, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- c) que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;
- d) que ofertem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles irrisórios ou de valor zero ou que não venham a ter sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que os custos dos materiais são coerentes com os de mercado.
 - d1) A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrarie instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta;
 - d2) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
 - 1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

2. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
3. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
4. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
5. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
6. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
7. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
8. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
9. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
10. Estudos setoriais;
11. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e
13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

5.5. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

5.6. A Proposta de Preço será considerada completa, abrangendo todos os custos necessários à entrega dos materiais licitados.

5.7. Considerando que na fase de conformidade o Pregoeiro deve ter condições de analisar a adequação do produto ofertado em relação às especificações do objeto Licitado, a **LICITANTE DEVERÁ DETALHAR AS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS OFERTADOS NO COMPRASNET, no campo "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado"**.

6. DA ETAPA DE LANCES E DO JULGAMENTO

6.1 – Da etapa de Lances

6.1.1. Aberta a etapa competitiva, a participação no Pregão dar-se-á exclusivamente por meio do sistema eletrônico pela digitação da senha privativa da licitante, com o que estará identificada sua razão social e o número de inscrição no CNPJ, e subsequente encaminhamento dos lances, observando o horário fixado na data estabelecida no item 1.2 deste Edital, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.2. Caberá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.1.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

6.1.4. O Sistema registrará lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro.

6.1.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.1.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

6.1.7. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.1.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.1.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.2 – Da etapa de Julgamento

6.2.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO**, que atenda as condições definidas neste Edital e seus Anexos.

6.2.2. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço com as especificações do edital.

6.2.3. Declarada encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

6.2.3.1. Serão considerados como **PREÇOS MÁXIMOS** aqueles previstos no item III do Termo de Referência.

6.2.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.2.5. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante, via sistema eletrônico, para que seja obtido melhor preço.

6.2.6. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. Eventuais proposições que não correspondam às especificações e quantidades contidas nos **ANEXOS I e II** deste Edital ou que estabeleçam vínculo com a proposta de outra licitante, serão desconsideradas.

6.2.7. O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.2.8. Na fase de aceitação, depois de anunciado o detentor do melhor lance, o Pregoeiro solicitará a este o envio via sistema do **Anexo II (Planilha de Preços)** atualizada. O Sistema encaminhará, via *chat*, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado deverá encaminhar arquivo, por meio do *link* "Anexar" – disponível apenas para o fornecedor convocado, em até **50 (cinquenta) minutos**, caso contrário terá sua proposta desclassificada, passando-se à análise da subsequente. Em casos excepcionais, com prévia autorização do Pregoeiro, este documento **poderá** ser apresentado via *fac-símile*. Em quaisquer das situações, será exigido posterior envio do original ou da cópia autenticada, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis** ao endereço constante do item 18.13, a contar da adjudicação.

6.2.8.1. Durante a análise da planilha, poderá o Pregoeiro solicitar quantas retificações forem necessárias, quanto a eventuais erros encontrados, desde que mantido o preço final ofertado;

6.2.8.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá dilatar o prazo de convocação, se assim julgar necessário.

6.2.9. Os atos e documentos constantes dos arquivos e registros digitais referentes à proposta e documentação de habilitação serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

6.2.10. Caso um licitante vença mais de um ITEM, este poderá enviar apenas uma proposta relacionando-as, conforme subitem 6.2.8, em um único anexo.

6.2.11. Independentemente do valor global, deverão ser também considerados, para todos os fins, os valores unitários elencados no item 1 do Anexo I (Termo de Referência).

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. São documentos necessários à habilitação:

a) **Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal**, dentro do prazo de validade, compreendendo:

a.1) Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

a.2) Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPD-EN) Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

a.3) Certidão Negativa de Débito junto ao Estado;

a.4) Certidão Negativa de Débito junto ao Município.

b) **Certificado de Regularidade do FGTS** - CRF, junto ao gestor, dentro do prazo de validade;

c) **Declaração** de que a empresa licitante conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos **requisitos de habilitação**;

d) **Declaração**, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de **fato superveniente impeditivo** da habilitação;

e) **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, no termos da IN SLTI/MPOG n.º 02, de 16/09/2009.

f) **Declaração** de que **não** tem em seus quadros **menores de 18 (dezoito) anos** executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze anos); e

g) **Declaração de Regularidade** conforme dispõe o art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, informando que a empresa não tem como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor ocupante de cargo de direção do Ministério Público da União, bem como, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, segundo modelo constante no ANEXO III deste Edital;

h) **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo cartório distribuidor de falência da sede da Licitante, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento;

i) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** – perante a Justiça do Trabalho, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa 140/2011.

7.2. Caso o licitante pretenda fornecer o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse

estabelecimento para consulta "on-line" ao SICAF. Se o estabelecimento não for cadastrado ou se encontrar irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste estabelecimento.

7.3. As empresas que integram o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ficam desobrigadas de apresentar os documentos constantes nas alíneas "a" e "b", desde que o cadastramento esteja válido e atualizado, o que será verificado após a etapa de lances através de consulta *on-line*, relativa à **HABILITAÇÃO PARCIAL**.

7.3.1 A verificação, no SICAF ou nos sites dos órgãos expedidores, da existência de restrição relativa à regularidade FISCAL de microempresa ou empresa de pequeno porte não impede a sua habilitação.

7.4. O envio das declarações relativas às alíneas "c", "d", "e" e "f" do subitem 7.1 será feito de forma virtual, ou seja, o fornecedor no momento da elaboração e envio de proposta, também enviará as referidas declarações, as quais somente serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, quando também poderão ser alteradas ou reenviadas pelos fornecedores, por solicitação do Pregoeiro, não havendo mais a necessidade do envio desses documentos por meio de fax ou outra forma determinada em edital;

7.4.1. Por recomendação da Auditoria do CNMP, há a necessidade de envio das declarações citadas neste subitem, juntamente com os demais documentos habilitatórios, em conformidade com o subitem 7.6 deste Edital.

7.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

7.6. Para os demais documentos - a exemplo dos anexos à proposta de preços - o Pregoeiro fará uso da opção "Convocar Anexo", selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via *chat*, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento, o fornecedor convocado deverá encaminhar os arquivos, por meio do *link* "Anexar" - disponível apenas para o fornecedor convocado, em até **50 (cinquenta) minutos**, sob pena de desclassificação da empresa, passando-se à análise da proposta da empresa subsequente. Em casos excepcionais, com prévia autorização do Pregoeiro, os documentos poderão ser apresentados via *fac-símile*. Em quaisquer das situações, será exigido posterior envio dos originais ou das cópias autenticadas, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, ao endereço constante do item 18.13, a contar da adjudicação.

7.6.1. Poderá o Pregoeiro efetuar quantas convocações forem necessárias, para fins de correção ou substituição de documentos enviados de forma equivocadas;

7.6.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá dilatar o prazo de convocação, se assim julgar necessário.

7.7. O pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Efetuados os procedimentos previstos nos itens 5 e 6 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro procederá, imediatamente após o recebimento da documentação, à verificação do atendimento das condições de habilitação da licitante.

8.2. A regularidade do cadastramento e habilitação parcial do licitante no SICAF, com a verificação da validade dos documentos relacionados nas alíneas "a" e "b" do item 7.1 será confirmada por meio de consulta "on line".

8.3. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal do licitante que detenha a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sessão pública do Pregão Eletrônico será suspensa, a fim de que sejam observadas as disposições contidas no item 8.6.

8.4.1. No ato da suspensão da sessão pública do Pregão Eletrônico serão informados a data e o horário do reinício da mesma, sem que haja qualquer outra comunicação.

8.5. Se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo Pregoeiro.

8.6. Caso exista alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal do licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de **2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.6.1. A prorrogação do prazo previsto neste item deverá ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.

8.6.2. A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração, na forma do item 8.5, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

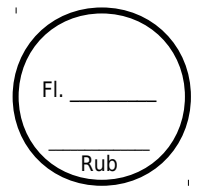
8.7. As empresas classificadas **deverão acompanhar as sessões de continuidade** para o caso de serem convocadas, quando da desclassificação do licitante anteriormente classificado.

8.7.1 - O pregoeiro comunicará a todos, mediante *chat*, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, **será desclassificada** no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.

8.8. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos para homologação pelo Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte. Na hipótese de existência de recursos, os procedimentos são os descritos no item 9.

8.8. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

8.9. A Administração poderá quando julgar necessário realizar diligências junto aos órgãos emissores das certidões, bem como solicitar esclarecimentos ou informações complementares relativas a quaisquer dos documentos apresentados e serão sanados pelo Pregoeiro, através das informações ou diligências requeridas, quaisquer erros evidenciados como meramente formais.



9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão.

9.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 18 do Decreto n. 5.450/05, que regulamenta a licitação da modalidade de Pregão, na forma eletrônica, devendo ser encaminhada via *e-mail* (cpl@prrn.mpf.gov.br). O pedido de impugnação, bem como a decisão do Pregoeiro, será registrado no sistema COMPRASNET.

9.2. Os **pedidos de esclarecimentos** deverão ser enviados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail cpl@prrn.mpf.gov.br, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a realização do certame.

a) Os pedidos de esclarecimentos que não forem feitos diretamente pelo e-mail acima serão desconsiderados.

9.3. O Pregoeiro decidirá a impugnação em até 24 (vinte e quatro) horas e, no caso de acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.4. O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

9.5. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, **também via sistema**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do *caput*, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.7. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

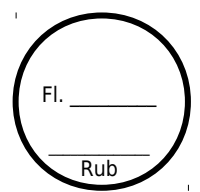
9.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas às petições de contrarrazões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto neste Edital.

9.10. Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

9.11. Os pedidos de informações, assim como os esclarecimentos prestados, serão informados através do site do **COMPRASNET** no link [visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos](#) e, será disponibilizado, também, no site desta Procuradoria da República.

9.12. As alterações do Edital serão comunicadas a todas às licitantes através do link [visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos](#) do **COMPRASNET**, por fac-símile ou *e-mail* que constarem da retirada do edital.

9.13. Ocorrendo alterações no Edital que afetem a formulação das propostas será publicado



“aviso” no Diário Oficial da União, bem como designada nova data para realização do certame.

10. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Decididos os recursos existentes e constatada a regularidade dos atos praticados o Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

10.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Secretário Estadual homologará a licitação. A adjudicatária será convocada para assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, no prazo de **5 (cinco) dias** a contar da data em que receber a comunicação.

10.3. A proposta da licitante declarada vencedora, no ITEM, poderá ser desclassificada até o momento da assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, se houver a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em conformidade com o disposto no item subitem 8.5.

10.4. Se a licitante fornecedora não apresentar situação regular no ato da assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, será convocada outra licitante para fazê-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no item 17.

10.5. Se a licitante fornecedora recusar-se a assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, injustificadamente, será aplicada a regra do item 10.3, sem prejuízo do disposto no item 17 deste Edital.

10.6. Após a publicação do extrato da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial da União, poderão ser adquiridos os bens dentro do prazo de validade do Registro, de acordo com o subitem 2.3.

10.7. A contratação formalizar-se-á mediante a emissão da Nota de Empenho, observadas as condições previstas neste Edital e seus Anexos, na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** (ANEXO IV) e na proposta da licitante fornecedora.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta da Categoria Econômica 3.0.00.00 - Despesas Correntes; 3.3.90.30 – Material de Consumo, do Orçamento Geral da União do exercício de 2014, e nos próximos exercícios, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Empresa vencedora do certame deverá cumprir todas as obrigações contratuais discriminadas no ITEM 8 do ANEXO I (Termo de Referência), bem como todas aquelas que estiverem previstas neste Edital.

13. DA REVISÃO

13.1. O preços relativos ao objeto deste Pregão poderão sofrer variação, conforme os casos e condições expressos no item 3 da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

14. DO PRAZO DE VALIDADE

14.1. Será aquela discriminada na descrição dos materiais (inciso III do Termo de Referência) ou, se omissa, de 80% (oitenta por cento) do prazo de validade estabelecido pelo fabricante.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O prazo de validade da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

15.1.1. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** não obriga a PRRN a adquirir o material objeto deste Registro de Preços ou a firmar contratações, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

15.2. As demais regras disciplinadoras da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, inclusive quanto a seu cancelamento, à revisão dos preços, pagamento, penalidades e às obrigações das partes, encontram-se no **ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em até o 10º (décimo) dia útil após o atesto da respectiva Nota Fiscal ou Fatura pelo Gestor Contratual, destacando no campo descrição:

- a) o número da nota de empenho correspondente à contratação;
- b) o domicílio bancário do fornecedor (número do banco, nome, número da agência e da conta corrente);
- c) os valores de retenção de tributos federais (artigo 1º, § 6º da IN SRF nº 480/2004) ou apresentação da Declaração de Optante do Simples (artigo 3º, inciso XI da IN SRF nº 480/2004, anexo IV)

16.2. Deverão ser apresentados, também, pela CONTRATADA, os comprovantes de regularidade junto ao INSS (CND – Certidão Negativa de Débito), junto ao Ministério do Trabalho (Recolhimento ao FGTS) e à Receita Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) ou certificado do SICAF e apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente a liquidação de quaisquer obrigações que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

16.4. No caso de atraso no pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela PRRN entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento será de 6% a.a. (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e, se for o caso, será descredenciada no

SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

17.2. A licitante vencedora ficará sujeita a uma das sanções administrativas previstas no Estatuto das Licitações, a ser aplicada pela Autoridade Competente da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

17.3. A aplicação das penalidades de advertência e multa é de competência do Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte.

17.4. A aplicação da penalidade prevista no subitem 17.1 e de suspensão temporária são de competência do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte.

17.5. A aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar com ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Procurador Geral da República.

17.6. Caso a licitante vencedora não entregue os bens no prazo e demais condições avençadas, estará sujeita à multa de mora de 0,5% sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia de atraso, as entregas poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitas, configurando-se a inexecução do contrato, com as consequências previstas em lei e neste edital.

17.7. O fornecimento de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas poderá acarretar a aplicação de multa de 0,5% sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na entrega dos bens, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia, as entregas poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução parcial do contrato, com as consequências previstas em lei e neste edital.

17.8. Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa de 10% (dez por cento), por inexecução do contrato, sobre o valor total da contratação.

17.9. No caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada dos pagamentos a que fizer jus a **CONTRATADA** ou será ajuizada a dívida, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

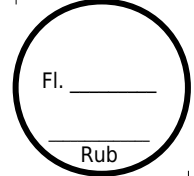
17.10. Em qualquer das hipóteses de aplicação de sanções previstas neste edital, é assegurada defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação à licitante vencedora ou contratada, salvo no caso de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

17.11. Após a aplicação de qualquer penalidade dispostas neste item, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas a advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição e informando que o fato será registrado no SICAF.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

18.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.



18.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

18.5. O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico, às licitantes interessadas em participar deste Pregão.

18.6. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Procuradoria da República no Estado de Rio Grande do Norte, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

18.8. O Secretário Estadual poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 29 do Decreto n.º 5.450, de 31.01.2005.

18.9. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, **exceto quando**, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.10. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Justiça Federal de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

18.11. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, será marcada outra data para a realização da sessão.

18.12. Cópias do Edital serão fornecidas, gratuitamente, mediante recibo, de 09h às 12h e de 14h às 17h, de segunda a sexta-feira, no endereço referido no item 16.13 deste Edital, solicitado pelo e-mail: cpl@prrn.mpf.gov.br ou ainda, através do site: <http://www.comprasnet.gov.br>.

18.13. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser enviados ao Pregoeiro, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente via *internet*, no endereço: cpl@prrn.mpf.gov.br. Demais informações e eventual remessa de documentos solicitada pelo Pregoeiro poderão ser dirigidas ao telefone (0-xx-84) 3232-3958 ou fax (0-xx-84) 3232-3951 ou ao endereço da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, situada na Avenida Deodoro da Fonseca, 743, Tirol, Natal-RN.

18.14. O valor mínimo de cada ORDEM DE FORNECIMENTO é de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

18.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Chefe.

Natal, 27 de agosto de 2014.

LUÍS CLÁUDIO FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro - PR/RN

ANEXO I

PREGÃO Nº 13/2014
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Este termo de referência pretende oferecer subsídios iniciais para a abertura de procedimento licitatório com vistas à compra de materiais elétricos, materiais para manutenção de bens imóveis entre outros, para atender as necessidades das unidades do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte.

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição dos gêneros de materiais supracitados são destinados às manutenções preventivas e corretivas dos prédios sedes das unidades do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte, além de suprir, quanto a outros gêneros de materiais, o estoque no almoxarifado.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E VALOR DE REFERÊNCIA

Os materiais, objeto do futuro certame, e os respectivos preços de referência são:

LOTE 01 - MATERIAL ELÉTRICO							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ADAPTADOR PARA TOMADA ELÉTRICA, padrão universal americano (fêmea) para padrão NBR 14136 (macho) ou padrão antigo para padrão novo, bivolt, 15A ou 20A, na cor preta. Marca de Referencia: SMS 64120 ou similares	333903026	150870	UN	30	7,33	219,90
2	ADAPTADOR PARA TOMADA ELÉTRICA, padrão NBR 14136 (fêmea) para padrão universal americano (macho) ou padrão novo para antigo, bivolt, 15A ou 20A, na cor preta. Marca de Referencia: SMS 64119 ou similares	333903026	150870	UN	30	5,66	169,80
3	INTERRUPTOR SISTEMA X – retangular, 1 tecla, cor branca, 250 V.	333903026	13773	UN	30	18,01	540,30
4	TOMADA ELÉTRICA SISTEMA X – retangular, cor branca, 20 A, 250 V.	333903026	77402	UN	30	9,14	274,20
5	TOMADA DE DADOS SISTEMA X – retangular, RJ45.	333903026	77402	UN	20	22,78	455,60
6	TOMADA PARA ANTENA DE TV – 4x2, pino	333903026	77399	UN	40	4,45	178,00
7	TOMADA ELÉTRICA SIMPLES – cor branca, tomada 2P +T universal, corrente 20 A, 250 V, de embutir, com espelho. Novo padrão brasileiro.	333903026	77399	UN	20	4,09	81,80
8	TOMADA ELÉTRICA DUPLA– cor branca, tomada 2P +T universal, corrente 20 A, 250 V, de embutir, com espelho. Novo padrão brasileiro.	333903026	77399	UN	20	8,94	178,80
9	TOMADA ELÉTRICA TRIPLA– cor branca, tomada 2P +T universal, corrente 20 A, 250 V, de embutir, com espelho. Novo padrão brasileiro.	333903026	77399	UN	20	14,82	296,40
10	INTERRUPTOR ELETRICO SIMPLES - cor branca, interno, 4x2, com espelho, corrente 20 A, tensão 125/250 V	333903026	13773	UN	10	3,55	35,50
11	INTERRUPTOR ELETRICO DUPLO - cor branca, interno, 4x2, com espelho, corrente 20 A, tensão 125/250 V	333903026	13773	UN	10	5,99	59,90

LOTE 01 - MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
12	INTERRUPTOR ELETRICO TRIPLO - cor branca, interno, 4x2, com espelho, corrente 20 A, tensão 125/250 V	333903026	13773	UN	10	8,13	81,30
13	INTERRUPTOR ELETRICO COM TOMADA - cor branca, interno, 4x2, com espelho, corrente 20 A, tensão 250 V. Tomada compatível com o novo padrão brasileiro.	333903026	13773	UN	10	6,30	63,00
14	CABO FLEXÍVEL, rolo 100 m, cores branco, preto, verde ou vermelho - bitola 1,5 mm ²	333903026	41920	Rolo	10	57,27	572,70
15	CABO FLEXÍVEL, rolo 100 m, cores branco, preto, verde ou vermelho - bitola 2,5 mm ²	333903026	41920	Rolo	10	79,90	799,00
16	CABO FLEXÍVEL, rolo 100 m, cores branco, preto, verde ou vermelho - bitola 4 mm ²	333903026	41920	Rolo	5	135,13	675,65
17	CABO FLEXÍVEL, rolo 100 m, cores branco, preto, verde ou vermelho - bitola 6 mm ²	333903026	41920	Rolo	5	198,14	990,70
18	CABO PP 3x1 – com bitola de 2,5 mm ²	333903026	41920	M	500	4,85	2.425,00
19	CABO PP 3x1 – com bitola de 4 mm ²	333903026	41920	M	500	5,12	2.560,00
20	PLUG ELÉTRICO AC MACHO, cor preta, padrão brasileiro, tipo tripolar, 20A/250 V, aprovado pelo INMETRO. Marca de Referência: PIAL ou similares	333903026	151021	UN	30	4,92	147,60
21	PLUG ELÉTRICO AC FÊMEA, cor preta, padrão brasileiro, tipo tripolar, 20A/250 V, aprovado pelo INMETRO. Marca de Referência: PIAL ou similares	333903026	151021	UN	30	10,83	324,90
22	FITA ISOLANTE – antichama, em rolo de espessura de no mínimo 17 mm e comprimento de no mínimo 20 m, isola fios e cabos elétricos em geral de até 750 volts.	333903026	52140	UN	30	3,62	108,60
23	FITA ISOLANTE DE ALTA TENSÃO– antichama, em rolo de espessura de no mínimo 17 mm e comprimento de no mínimo 10 m, isola fios e cabos elétricos em geral de até 69.000V.	333903026	52140	UN	15	22,96	344,40
24	DISJUNTOR ELÉTRICO MONOPOLAR 10A, curva B, tipo mini.	333903026	13730	UN	15	4,16	62,40
25	DISJUNTOR ELÉTRICO MONOPOLAR 16A, curva B, tipo mini.	333903026	13730	UN	15	4,54	68,10
26	DISJUNTOR ELÉTRICO MONOPOLAR 20A, curva B, tipo mini.	333903026	13730	UN	15	4,67	70,05
27	DISJUNTOR ELÉTRICO MONOPOLAR 25A, curva B, tipo mini.	333903026	13730	UN	15	6,05	90,75
28	DISJUNTOR ELÉTRICO TRIPOLAR DE 40A, curva C, tipo mini.	333903026	13730	UN	15	26,34	395,10
29	DISJUNTOR ELÉTRICO TRIPOLAR DE 50A, curva C, tipo mini.	333903026	13730	UN	15	22,86	342,90
30	SOQUETE PARA LÂMPADA INCANDESCENTE – para tempo, soquete E-27, 4 A/250 V, porcelana.	333903026	60836	UN	10	1,18	11,80
TOTAL:							RS 12.624,15

LOTE 02 - MATERIAL P/ ILUMINAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
31	REFLETOR LED RGB – para uso em área externa, potência total de 50 W, acompanha controle remoto.	333903026	71773	UN	20	421,33	8.426,60
32	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA (ECONÔMICA) DE 15W. Deve ser fornecido apenas o do tipo 3U. Fluxo luminoso mínimo de 800 lúmens, temperatura de cor mínima de 4000k. Reator eletrônico integrado; Rosca E27. Vida útil mínima de 6000 horas; Tensão 220 V. Marcas de Referência: Empalux, Golden, AG.	333903026	150205	UN	80	5,22	417,60
33	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA (ECONÔMICA) DE 36 W. Tipo 4U. Fluxo luminoso mínimo de 1800 lúmens, temperatura mínima da cor de cor 4000k. Reator eletrônico integrado; Rosca E27. Vida útil mínima de 6000 horas; Tensão 220 V. Marcas de Referência: Empalux, Golden, AG.	333903026	150205	UN	50	20,11	1.005,50
34	LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE 20W T10/G13 – comprimento de 604 mm e diâmetro de 32 a 33,5 mm, luz do dia, tensão 220V – certificado pelo INMETRO	333903026	150205	UN	300	3,06	918,00
35	LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE 40W T10/G13 – comprimento de 1213,6 mm e diâmetro de 32 a 33,5 mm, luz do dia, tensão 220V – certificado pelo INMETRO	333903026	150205	UN	300	4,56	1.368,00
36	REATOR 1 X 20W, reator eletrônico de partida rápida, ref. 1x20 watts, 127/220 volts (bivolt), que esteja em conformidade com as NBR's 14417/14418	333903026	64831	UN	70	8,85	619,50
37	REATOR 1 X 40W, reator eletrônico de partida rápida, ref. 1x40/36 watts, 127/220 volts (bivolt), com fator de potência mínima de 0.97c, que esteja em conformidade com as NBR's 14417/14418	333903026	64831	UN	50	12,61	630,50
38	REATOR 2 X 20W, reator eletrônico de partida rápida, ref. 2x20 watts, 127/220 volts (bivolt), que esteja em conformidade com as NBR's 14417/14418	333903026	64831	UN	60	17,57	1.054,20
39	REATOR 2 X 40W, reator eletrônico de partida rápida, ref. 2x40/36 watts, 127/220 volts (bivolt), com fator de potência mínima de 0.97c, que esteja em conformidade com as NBR's 14417/14418	333903026	64831	UN	60	19,50	1.170,00
40	LUMINÁRIA DE SOBREPOR PARA LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES 1x20W T10/G13 - corpo em chapa de aço tratada e pintura eletrostática na cor branca, com refletor de alumínio de e aletas de alto brilho.	333903026	150260	UN	30	42,69	1.280,70
41	LUMINÁRIA DE SOBREPOR PARA LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES 2x20W T10/G13 - corpo em chapa de aço tratada e pintura eletrostática na cor branca, com refletor de alumínio de e aletas de alto brilho.	333903026	150260	UN	30	55,49	1.664,70
42	LUMINÁRIA DE SOBREPOR PARA LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES 1x40W T10/G13 - corpo em chapa de aço tratada e pintura eletrostática na cor branca, com refletor de alumínio de e aletas de alto brilho.	333903026	150260	UN	30	43,04	1.291,20
43	LUMINÁRIA DE SOBREPOR PARA LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES 2x40W T10/G13 - corpo em chapa de aço tratada e pintura eletrostática na cor branca, com refletor de alumínio de e aletas de alto brilho.	333903026	150260	UN	30	82,23	2.466,90
44	SOQUETE COM RABICHO G13 - para lâmpada fluorescente tubular	333903026	60836	UN	300	1,10	330,00

LOTE 02 - MATERIAL P/ ILUMINAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
45	REFLETOR - fechado para áreas externas e internas, laterais em alumínio, corpo refletal em alumínio, lente plana em vidro temperado, suporte de fixação zincado eletroliticamente, rosca E-40. Compatível com lâmpadas vapor metálico de 250 W Dimensões aproximadas em milímetros: 210x160x110.	333903026	71773	UN	10	84,46	844,60
46	REATOR COM IGNITOR PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICO (PADRÃO HQI)- 250 W para uso externo, tensão 220 V e compatível com qualquer marca de lâmpada.	333903026	64831	UN	25	56,44	1.411,00
47	LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 250 W (PADRÃO HQI), rosca E-40, tensão 220 V.	333903026	150205	UN	25	24,47	611,75
48	LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO AZUL 250 W(PADRÃO HQI), rosca E-40, tensão 220 V.	333903026	150205	UN	10	40,72	407,20
49	LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO ROSA 250 W(PADRÃO HQI), rosca E-40, tensão 220 V.	333903026	150205	UN	10	42,75	427,50
50	RELÉ FOTOELÉTRICO COM PINO – Capacidade de carga (400W em 220V). Para lâmpadas vapor de mercúrio e metálico. Para uso externo.	333903026	41181	UN	25	15,80	395,00
51	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO DE PINOS – compatível com a do item imediatamente anterior	333903026	41181	UN	25	4,97	124,25
52	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA – 30 leds, bivolt ou 220 V.	333903026	411192	UN	100	29,08	2.908,00
TOTAL:							R\$ 29.772,70

LOTE 03 - ferragens

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
53	FECHADURA ELÉTRICA DE SOBREPOR – cor grafite ou preta, cilindro fixo.	333903026	89273	UN	50	160,23	8.011,50
54	FECHADURA TUBULAR ALAVANCA – com maçaneta tipo alavanca com no mínimo 100 mm de comprimento, broca de 90 mm. Marca de Referência: Uni Più assoluto ou similares.	333903024	10162	UN	80	52,90	4.232,00
55	DOBRADIÇA PARA PORTA DIVISÓRIA – material ferro epóxi, tipo perfil/lisa (com rebaixo apenas no batente), tamanho aproximado de 76x68mm, características adicionais cores cinza, alumínio ou cromado. Deve acompanhar parafusos. Marca de Referência: Lockwell	333903024	278720	UN	60	6,24	374,40
56	CADEADO 20MM, corpo em latão maciço com haste em aço. acompanha 2 chaves em latão.	333903028	10090	UN	40	8,58	343,20
57	CADEADO 35MM, corpo em latão maciço com haste em aço. acompanha 2 chaves em latão.	333903028	10090	UN	15	12,96	194,40
58	FECHO (FERROLHO) PARA PORTA GRANDE 5" – Zincado.	333903024	10260	UN	30	6,99	209,70
59	GRAFITE SPRAY – com no mínimo 200 ml.	333903024	243810	UN	5	11,40	57,00
TOTAL:							R\$ 13.422,20

LOTE 04 - MATERIAL P/ manutenção predial

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
60	CANALETA PVC 50 X 20 x 2100 mm– sistema X, cor branca, triparticionada.	333903024	108545	UN	30	27,47	824,10
61	ABRAÇADEIRA PARA ELETRODUTO PVC DE 3/4	333903024	140066	UN	40	0,62	24,80
62	LUVA DE ELETRODUTO ROSCÁVEL DE PVC, cor preto, 3/4"	333903024	317608	UN	20	1,70	34,00
63	ELETRODUTO ROSCÁVEL DE PVC, cor preto, 3/4", barra de 3 metros	333903024	336238	UN	10	7,89	78,90
64	CURVA DE ELETRODUTO ROSCÁVEL DE PVC, 90º, cor preto, 3/4"	333903024	336254	UN	20	2,96	59,20
65	LUVA DE ELETRODUTO ROSCÁVEL DE PVC, cor preto, 1.1/4"	333903024	426955	UN	20	2,36	47,20
66	ELETRODUTO ROSCÁVEL DE PVC, cor preto, 1.1/4", barra de 3 metros	333903024	336240	UN	10	10,32	103,20
67	CURVA DE ELETRODUTO ROSCÁVEL DE PVC, 90º, cor preto, 1.1/4"	333903024	336256	UN	20	6,77	135,40
68	CAIXA DE PASSAGEM ELÉTRICA DE SOBREPOR, em PVC, de parede, 4x2, para área externa, à prova de intempéries tratamento UV	333903024	68918	UN	10	14,51	145,10
69	CAIXA DE PASSAGEM ELÉTRICA DE SOBREPOR, em PVC, de parede, 4x4, para área externa, à prova de intempéries tratamento UV	333903024	68918	UN	10	3,78	37,80
70	PARAFUSO COM BUCHA 6 MM	333903024	229865	UN	240	0,06	14,40
71	PARAFUSO COM BUCHA 8 MM	333903024	229866	UN	240	0,37	88,80
72	PARAFUSO COM BUCHA 10 MM	333903024	230143	UN	120	0,26	31,20
73	REBITE DE REPUXO EM ALUMÍNIO DE 3,2 X 8 MM – devem ser fornecidas em embalagens com no mínimo 10 peças.	333903024	40029	UN	200	0,02	4,00
74	REBITE DE REPUXO EM ALUMÍNIO DE 3,2 X 16 MM – devem ser fornecidas em embalagens com no mínimo 10 peças.	333903024	40029	UN	200	0,03	6,00
75	REBITE DE REPUXO EM ALUMÍNIO 3,2 X 25 MM – devem ser fornecidas em embalagens com no mínimo 10 peças.	333903024	40029	UN	200	0,04	8,00
76	REBITE DE REPUXO EM ALUMÍNIO DE 4,8 X 16 MM – devem ser fornecidas em embalagens com no mínimo 10 peças.	333903024	40029	UN	200	0,08	16,00
77	TINTA ACRÍLICA PARA PISOS – cor amarela. Marca de Referência: Indutil – InterLight Demarcação. Galão de 3,6 litros.	333903024	239585	Galão	5	26,92	134,60
78	TINTA ACRÍLICA PARA PISOS – cor preta. Marca de Referência: Indutil – InterLight Demarcação. Galão de 3,6 litros.	333903024	235810	Galão	5	39,00	195,00
79	TINTA ACRÍLICA PARA PISOS – cor branca. Marca de Referência: Indutil – InterLight Demarcação. Galão de 3,6 litros.	333903024	262468	Galão	2	42,00	84,00
80	TINTA ACRÍLICA PARA PISOS – cor azul. Marca de Referência: Indutil – InterLight Demarcação. Galão de 3,6 litros.	333903024	262466	Galão	2	41,33	82,66
81	ROLO DE PINTURA- com cabo, de espuma 100% poliéster resistente a solventes e densidade da espuma d-28 com aproximadamente 23 cm. Prazo de validade: Indeterminado.	333903024	30791	UN	5	5,42	27,10

LOTE 04 - MATERIAL P/ manutenção predial

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
82	ROLO DE PINTURA- com cabo, de espuma 100% poliéster resistente a solventes e densidade da espuma d-28 com aproximadamente 9 cm. Prazo de validade: Indeterminado.	333903024	30791	UN	5	1,85	9,25
83	ROLO DE PINTURA- de lã carneiro, para pintura, tamanho grande 23 cm, para pinturas tipo látex, com cabo de pressão, boa durabilidade e que proporcione um bom acabamento na pintura, altura da lã de 19 mm. Prazo de validade: Indeterminado.	333903024	30791	UN	6	9,88	59,28
84	TRINCHA COMUM 3" - para recorte de pinturas, cabo de madeira, com cerdas em nylon, com boa durabilidade e que proporcione bom acabamento nas pinturas. Prazo de validade: Indeterminado.	333903024	30791	UN	12	4,23	50,76
85	FITA DUPLA-FACE – tipo VHB 4910, medindo 15 mm x 20 m, transparente	333903024	94935	RL	7	54,05	378,35
86	FITA CREPE – para uso geral, medindo 50 mm x 50 m	333903016	107972	RL	30	12,36	370,80
TOTAL DO LOTE:							R\$ 3.049,90

LOTE 05 - CONECTORES E CABOS PARA REDE TELEFONICA E LOGICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
87	CABO TELEFÔNICO CCI DE 2 PARES - condutores de cobre estanhado, capa externa de PVC	333903026	337801	M	1000	0,47	470,00
88	CABO TELEFÔNICO CCI DE 4 PARES - condutores de cobre estanhado, capa externa de PVC	333903026	426981	M	1000	1,01	1.010,00
89	TOMADA RJ45 – de embutir, conexão de UTP 22 a 26 AWG, categoria 5E.	333903026	77399	UN	10	19,24	192,40
90	TOMADA RJ45 COM RJ11– de embutir, conexão de UTP 22 a 26 AWG, categoria 5E.	333903026	77399	UN	10	32,37	323,70
91	DISTRIBUIDOR Y RJ11 (RJ11 FÊMEA X 2 RJ11 FÊMEA) - permite a união e derivação de 1 cabo de telefone em dois resultando em duas extensões.	333903030	395224	UN	20	3,70	74,00
92	EXTENSAO PARA TELEFONE - em plastico, tipo flat, com conector RJ11 nas extremidades, medindo: 03 m de comprimento	333903030	400105	UN	15	6,12	91,80
93	EXTENSAO PARA TELEFONE - em plástico, tipo flat, para telefone com conector RJ11 nas extremidades, medindo: 10 m de comprimento	333903030	400105	UN	15	10,97	164,55
94	CABO TELEFÔNICO EM ESPIRAL - com conectores RJ9 nas extremidades, medindo aproximadamente 180 cm, cor preta.	333903026	379984	UN	60	5,67	340,20
95	CONECTORES RJ9 MACHO	333903026	278836	UN	100	0,28	28,00
96	CONECTORES RJ11 MACHO	333903026	271396	UN	100	0,37	37,00
TOTAL DO LOTE:							2.731,65

LOTE 06 - MATERIAL HIDROSSANITÁRIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
97	TORNEIRA DE JARDIM – em latão, de 1/2 polegada, com adaptador para mangueira com redutor para 3/4”	333903024	61646	UN	10	13,43	134,30
98	TORNEIRA DE PAREDE, para pia de cozinha, com Arejador Marca de Referência: Deca 1168 ou similares.	333903024	61646	UN	10	185,09	1.850,90
99	TORNEIRA DE MESA, para lavatório, com arejador, material corpo latão, acabamento cromado. Marca de Referência: DECA STAR ¼ DE VOLTA ou similares. Prazo de validade mínimo de 05 anos.	333903024	61646	UN	10	114,54	1.145,40
100	TORNEIRA AUTOMÁTICA DE MESA, para lavatório, acabamento cromado, acionamento hidromecânico. Marca de Referência: DOCOL PRESSMATIC 110 ou similares. Prazo de validade mínimo de 05 anos.	333903024	61646	UN	10	284,51	2.845,10
101	ASSENTO SANITÁRIO, em plástico, padrão oval, na cor branca, com tampa. Marcas de Referência: DECA SLOWCLOSE IZY/TARGA/RAVENA/STUDIO ou similares.	333903024	258317	UN	20	119,60	2.392,00
102	REPARO PARA VÁLVULA DE DESCARGA DOCOL DE 1 ½”, para baixa pressão. Prazo de Validade: Indeterminado.	333903024	76562	UN	5	43,03	215,15
103	REPARO PARA VÁLVULA DE DESCARGA DOCOL DE 1 ¼”, para alta pressão. Prazo de Validade: Indeterminado.	333903024	76562	UN	5	53,00	265,00
104	CANO SOLDÁVEL PARA ÁGUA FRIA – de 3/4” e 3 metros de comprimento	333903024	194710	UN	30	6,53	195,90
105	JOELHO SOLDÁVEL 90° PARA ÁGUA FRIA – de 3/4”	333903024	230673	UN	100	4,81	481,00
106	LUVA SOLDÁVEL PARA ÁGUA FRIA – de 3/4”	333903024	125016	UN	100	1,31	131,00
TOTAL DO LOTE:							R\$ 9.655,75

LOTE 07 - SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA (FITAS E EPIS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
107	FITA ADESIVA PLÁSTICA AMARELA. coberto com adesivo à base de resina e borracha, para demarcação de áreas de passagem, bem como sinalização de equipamentos de combate a incêndio, dimensão do rolo: 50mmx10m	333903044	90190	UN	20	23,51	470,20
108	FITA ADESIVA PLÁSTICA VERMELHA. coberto com adesivo à base de resina e borracha, para demarcação de áreas de passagem, bem como sinalização de equipamentos de combate a incêndio, dimensão do rolo: 50mmx10m	333903044	30988	UN	20	23,10	462,00
109	CHAVEIRO PORTA-ETIQUETAS – para identificação de chaves, em plástico resistente, cor transparente.	333903044	284067	UN	360	0,69	248,40
110	FITA SINALIZAÇÃO - material plástico, largura 70, cor preta e amarela, aplicação sinalização de advertência, características adicionais formato cores amarela e preta em diagonal, zebra. Apresentação: Rolo com 100m.	333903044	90190	UN	5	15,69	78,45
111	CONE PARA SINALIZACAO - laranja e branco 50 cm	333903044	111511	UN	30	12,74	382,20
112	Gaveta plástica (bin) organizadora nº 6 - empilhável ou de encaixar, medidas aproximadas de 18 x 30 x 15 cm (l x p x a). material: pp (polipropileno), cores azul ou preta	333903019	359022	UN	50	5,00	250,00
TOTAL DO LOTE:							R\$ 1.891,25

LOTE 08 - Baterias e carregadores

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
113	CARREGADOR DE BATERIA – 12V DC; 1 A, para bateria selada, Cabo VM/PT com conexão terminal Faston	333903026	150500	UN	5	83,15	415,75
114	CARREGADOR DE PILHAS, tipo AA e AAA. Capacidade para quatro pilhas, sendo duas tipo AA e duas tipo AAA. Com led vermelho, indicador de pilha carregando. 220 V ou bivolt automático.	333903026	372302	UN	5	83,06	415,30
115	PILHAS RECARREGÁVEIS AAA, Ni-MH, mínimo de 900 mAh, embalagem com 02 pilhas, PRÉ-CARREGADAS, de acordo com a resolução do CONAMA nº 257/99. Prazo de 05 anos. Obs.: As pilhas devem conter embalagem escrita em português com ano e mês de validade descritos na mesma.	333903026	21806	PCT	100	21,25	2.125,00
116	PILHAS RECARREGÁVEIS AA, Ni-MH, mínimo de 2500 mAh, embalagem com 02 pilhas, PRÉ-CARREGADAS, de acordo com a resolução do CONAMA nº 257/99. Prazo de 05 anos. Obs.: As pilhas devem conter embalagem escrita em português com ano e mês de validade descritos na mesma.	333903026	21806	PCT	50	35,56	1.778,00
117	BATERIA ALCALINA DE 9 V - prazo de validade 02 anos. Obs.: As pilhas devem conter embalagem escrita em português com ano e mês de validade descritos na mesma.	333903026	21881	UN	6	15,83	94,98
118	BATERIA PARA TELEFONE SEM FIO - 600 mAh, 2xAAA, 2,4 V	333903026	21881	UN	10	16,80	168,00
119	BATERIA PARA TALK ABOUT MOTOROLA – 700 mAh, 3xAAA, 3,6 V	333903026	21881	UN	20	57,97	1.159,40
TOTAL DO LOTE:							R\$ 6.156,43

Lote 09 – MATERIAIS PARA PROTEÇÃO E AMARRAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
120	LONA 3 x 3 METROS – em polietileno de alta densidade com reforço de ABS nos quatro cantos com ilhós.	333903019	19313	UN	20	46,90	938,00
121	CINTA PARA CATRACA de 25 mm e 4 m, com gancho, cinta e catraca.	333903019	140279	UN	30	20,47	614,10
TOTAL DO LOTE:							R\$ 1.552,10

Materiais diversos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
122	FERRO DE SOLDA – 220 V ou bivolt	333903042	18465	UN	5	30,45	152,25
123	SOLDA SOFT - de 25 gramas e 1 mm	333903026	18384	FR	10	7,29	72,90
124	ADAPTADOR BNC F - RCA M	333903030	150870	UN	200	2,75	550,00
125	FIO PARALELO 2 X 1 MM ² – cor branca	333903026	196145	M	300	3,29	987,00
126	CABO COAXIAL RGC59 - cor branca	333903030	22004	M	1000	9,26	9.260,00
127	CONECTOR F RG59 – compressão, banda	333903030	195935	UN	200	2,09	418,00
128	PISTOLA DE COLA – para cola bastão de 11 mm de diâmetro, potência de 80 W, 220 V ou bivolt	333903042	351023	UN	10	36,71	367,10

Materiais diversos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO SIASG	U.M.	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
129	COLA BASTÃO PARA PISTOLA – transparente, 11 mm de diâmetro e 20 cm de comprimento	333903016	72273	UN	30	0,54	16,2
130	MANGUEIRA DE JARDIM -em PVC, parede dupla, 30 metros	333903024	75914	UN	6	49,24	295,44
131	MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO – microperfurada a laser, polietileno de 2.1/4". Marcar de Referência: SANTENO I ou similares	333903024	38920	M	500	6,50	3.250,00
132	UNIÃO PARA MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO	333903024	11860	UN	60	3,81	228,60
133	REGISTRO INICIAL PARA MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO	333903024	11860	UN	20	7,97	159,40
134	ANEL DE VEDAÇÃO PARA MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO	333903024	11860	UN	40	1,50	60,00
135	DISPLAY DE PAREDE – em acrílico transparente cor cristal de 2 mm, horizontal, meio A4 (15 x 21 cm), com fita dupla face.	333903044	139920	UN	150	26,00	3.900,00
136	DISPLAY DE PAREDE – em acrílico transparente cor cristal de 2 mm, horizontal, A3 (30 x 42 cm), com fita dupla face.	333903044	139920	UN	40	43,77	1.750,80
137	COLA INSTATÂNEA – frasco com com 3 gramas	333903016	70840	FR	12	5,02	60,24

4. PRAZO DE VALIDADE

Os materiais deverão possuir, no ato da entrega, 80% (oitenta por cento) do prazo de validade estabelecido pelo fabricante.

5. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA

A seleção da proposta mais vantajosa para a Administração deverá ser realizada observando-se o critério de menor preço por lote para os lotes de 1 a 9, e menor preço por item para os demais itens.

6. FUNDAMENTO LEGAL

A aquisição dos materiais supracitados, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores das referidas normas, bem como no Decreto nº 7.892, 23 de janeiro de 2013.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- Pagar o preço dos materiais efetivamente adquiridos nos casos e condições previstos no Item 10 deste Termo de Referência;
- Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, em suas dependências;
- Prestar informações e esclarecimentos necessários ao bom desenvolvimento das tarefas;

- d) Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de pessoa por ela credenciada;
- e) Fiscalizar e acompanhar a entrega dos materiais, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- f) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com este Contrato;
- g) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares, concedendo-lhe prazo para defesa;
- h) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações legais, a CONTRATADA deverá:

- a) Entregar os materiais contratados no Setor de Patrimônio, Suprimentos e Almoxarifado desta Procuradoria, situada na Avenida Deodoro da Fonseca, 743 – Tirol – Natal/RN, de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h;
- b) A entrega dos materiais deverá ser realizada em, no máximo, **20 (vinte) dias corridos**, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento, mediante agendamento prévio através dos telefones (84) 3232-3961 ou (84) 3232-3920;
- c) Entregar os materiais rigorosamente com a mesma especificação daqueles aprovados conforme procedimentos descritos no item 3 deste Termo;
- d) Entregar os materiais acondicionados em embalagens nas quais deverão constar os dados referentes à identificação e à marca do respectivo fabricante;
- e) Fornecer os materiais definidos neste Termo de Referência, de primeira qualidade, observando-se, rigorosamente, as características especificadas;
- f) Entregar os materiais dentro do prazo de validade, conforme o caso, estabelecido no item 4 deste Termo de Referência;
- g) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente todas as reclamações;
- h) Comunicar, por escrito, à CONTRATANTE, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida;
- i) Observar as determinações da CONTRATANTE quanto a permanência e circulação de seus empregados no prédio quando da entrega do material.

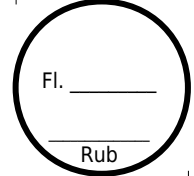
9. NORMAS

A licitante vencedora deverá observar, na execução do objeto, as especificações dos materiais e as condições ou exigências contidas no Edital do certame e seus Anexos.

10. PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado em até o 5º dia útil após o atesto da respectiva Nota Fiscal ou Fatura pelo Gestor Contratual, destacando no campo descrição:

- . o número da nota de empenho correspondente à contratação;
- . o domicílio bancário do fornecedor (número do banco, nome, número da agência e da conta corrente);
- . os valores de retenção de tributos federais (artigo 1º, § 6º da IN SRF nº 480/2004) ou apresentação da Declaração de Optante do Simples (artigo 3º, inciso XI da IN SRF nº 480/2004, anexo IV)



10.2 Deverão ser apresentados, também, pela CONTRATADA, os comprovantes de regularidade junto ao INSS (CND – Certidão Negativa de Débito), junto ao Ministério do Trabalho (Recolhimento ao FGTS) e à Receita Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) ou certificado do SICAF e apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas;

10.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente a liquidação de quaisquer obrigações que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização na entrega dos materiais e outras que sejam julgadas necessárias para o fiel cumprimento do Contrato. Essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de falhas e/ou omissões;

11.2 A omissão da CONTRATADA no fornecimento dos materiais, compreendendo a garantia, ocasionará desatendimento das condições contratadas, ficando sujeita a multas, rescisão contratual e demais sanções previstas nas Leis n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93 e demais legislações pertinentes;

12. PENALIDADES

12.1 A inexecução, total ou parcial, do Contrato poderá, garantida a prévia defesa, ensejar, segundo a extensão da falta cometida, a aplicação das penalidades previstas nos termos dos artigos 86 a 88, da Lei n. 8.666/93;

12.2 As penalidades acima previstas só poderão ser relevadas na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis, devidamente justificados e comprovados, a juízo da CONTRATANTE;

12.3 As penalidades de multa serão aplicadas, após o regular processo administrativo, sobre os pagamentos referentes ao Contrato, podendo ainda, se for o caso, ser cobrada judicialmente, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste Termo de Referência.

13. CONDIÇÕES GERAIS

14.1 É da responsabilidade dos funcionários do Setor de Patrimônio, Suprimentos e Almoxarifado a verificação, na entrega dos materiais, do quantitativo e a equivalência destes com as especificações contidas no Edital e, também, com a proposta de preço apresentada pela empresa vencedora. Da mesma forma, será inspecionada a etiqueta com as especificações dos produtos, o conteúdo das embalagens, as condições de manuseio, armazenamento e as condições e integridade das embalagens (estado de conservação, fechamento, etc);

14.2 Não será aceito material divergente quanto à marca, ao modelo ou à especificação informados na proposta de preços da empresa vencedora, salvo motivo relevante, devidamente justificado, desde que não enseje quaisquer prejuízos aos cofres públicos ou à qualidade do material ofertado;

14.3 A empresa vencedora será responsável pelo transporte dos materiais desde o local da embalagem até a sua entrega, sem qualquer custo adicional para esta Procuradoria.

Natal/RN, 18 de agosto de 2014.

Chiarlan Emerciriano Silva Araújo
Chefe do Setor de Patrimônio, Suprimentos e
ALMOXARIFADO

ANEXO II

PREGÃO Nº 13/2014

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2014.
 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: __/__/2014.
 HORÁRIO: __: __ HORAS.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, para atendimento do objeto destinado à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº. ____/2014.

Para tanto, oferecemos a essa Instituição os preços para os itens a seguir indicados, observadas as especificações e exigências de que tratam o **Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
					R\$	R\$
VALOR TOTAL GERAL						R\$
VALOR TOTAL GERAL POR EXTENSO:.....						

A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da proposta, observado o disposto no caput e parágrafo único do art. 110 da Lei nº 8.666/93.

Informamos, por oportuno, que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito fornecimento do material, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Os dados da nossa empresa são:

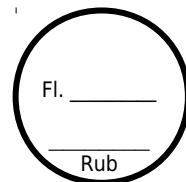
- a) Razão Social: _____
- b) CGC (MF) nº: _____ Insc. Estadual nº.: _____
- c) Endereço: _____
- d) Fone/Fax: _____ E-mail: _____
- e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
- f) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____

Declaramos, para todos os fins, que a entrega do objeto se dará de acordo com especificações definidas nesta proposta e respeitando o estabelecido em Edital e seus Anexos.

(OBS.: Acrescentar demais exigências para efeito de proposta, atendendo as solicitações em Edital).

_____/____, ____ de _____ de _____.

 Assinatura e carimbo
 (representante legal)



ANEXO III

PREGÃO Nº 13/2014

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESA:

Nº CONTRATO:

CNPJ:

NOME DECLARANTE:

CPF:

CARGO:

DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de contratação de prestação de serviços junto à Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, que:

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante do cargo de direção do Ministério Público da União e dos Estados, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor: _____

Cargo: _____

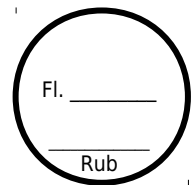
Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Natal, ____ de ____ de 2014.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA



ANEXO IV

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XX/14

PROCESSO Nº _____

Aos ___ dias do mês de _____ de 2014, na **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, Sala da CPL, localizada na Av. Deodoro da Fonseca, nº 743, Tirol, Natal/RN, o Gerente do Registro de Preços/PR/RN, nos termos das Leis nos. 8.666/93, 10.520/2002, e dos Decretos nos 3.555/2000, 3.784/2001 e 7.892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº ___/2014, e resultado do julgamento da Licitação, publicado no Diário Oficial da União em _____ e homologada pela Autoridade Competente, **RESOLVE** registrar os preços para contratação de empresa especializada no **FORNECIMENTO DE BENS DE USO DURADOURO** para as unidades do Ministério Público Federal situadas no Estado do Rio Grande do Norte, conforme disposições, especificações técnicas e quantitativo constante no **Anexo I – Termo de Referência.**, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do material registrado.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **FORNECIMENTO DE BENS DE USO DURADOURO** para as unidades do Ministério Público Federal situadas no Estado do Rio Grande do Norte, conforme disposições, especificações técnicas e quantitativo constante no **Anexo I – Termo de Referência.**

2. DO FORNECEDOR, DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. O fornecedor, as quantidades e os preços registrados nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR (S) REGISTRADO (S):

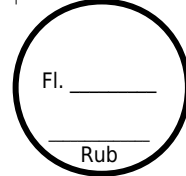
CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

E-MAIL:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U.M	MARCA	QTE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1		UN				
2		UN				
3		UN				
4		UN				
5		UN				
6		UN				
7		UN				



CADASTRO DE RESERVA

(ART. 10 C/C art. 11, § 3º, do Decreto nº 7.892/2013)

1ª CLASSIFICADA

FORNECEDOR REGISTRADO:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

E-MAIL:

2ª CLASSIFICADA

FORNECEDOR REGISTRADO:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

E-MAIL:

2.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

2.2.1. Em nenhuma hipótese haverá acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços;

2.2.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observando-se o limite de 25% para acréscimos e supressões.

3. DA ATA, DO CONTRATO E DA REVISÃO DOS PREÇOS

3.1. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo 5 (cinco) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

3.1.1. A não assinatura da Ata de Registro de preços, dentro do prazo estabelecido sujeitará a Licitante às sanções legais cabíveis.

3.2. Esta ata de registro de preços implicará compromisso de execução nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

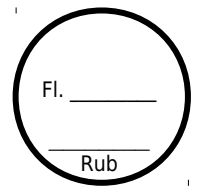
3.3. A contratação com a firma vencedora far-se-á por meio de Nota de Empenho, de acordo com o constante no edital e demais anexos, na proposta apresentada e na legislação pertinente;

3.4. O prazo de vigência do (s) Contrato (s) será (ão) o (s) previstos no Termo de Referência, podendo ser celebrado até a data limite da vigência desta Ata de Registro de Preços;

3.5. A licitante que, após convocação, se recusar a receber a Nota de Empenho no prazo de até 5 (cinco) dias úteis estará sujeito às penalidades previstas no Edital e na Lei de Licitações.

3.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma única vez;

3.5.2. A critério da Administração desta Procuradoria, os documentos poderão ser encaminhados via fac-símile, SEDEX ou e-mail;



3.6. Sob nenhum pretexto ou nenhuma forma, a menos que haja concordância do CONTRATANTE, poderá a CONTRATADA transferir qualquer responsabilidade sua para outrem;

3.7. É facultado à Administração, quando a vencedora do certame não acudir à convocação, convidar as demais licitantes, conforme lista disposta no subitem 2.1, respeitada a ordem de classificação final, para, em igual prazo, comprovar os requisitos de habilitação e, feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços;

3.8. Respeitado, no que couber, o amplo direito de defesa, o contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos art. 77 a 79 da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, nas seguintes formas:

3.8.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

3.8.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

3.8.3. Judicial, nos termos da legislação.

3.9. Na hipótese de rescisão administrativa, são assegurados à Administração os direitos previstos no art. 80 do aludido diploma legal. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Administrador de Administração;

3.10. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual **redução** dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à PRRN promover as negociações junto aos fornecedores.

3.11. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.11.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.11.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.12.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.12.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.14. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

4.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1.1 São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATADA, afora outras contidas em Lei, as constantes do Termo de Referência e demais disposições regulamentares pertinentes à entrega dos bens, as abaixo citadas:

4.1.1.1. entregar os bens no prazo estipulado no Termo de Referência, cujo marco inicial se dará no momento do recebimento da Nota de Empenho e/ou nota de fornecimento;

4.1.1.2. abster-se de contratar para atuarem no Contrato decorrente desta licitação empregados que sejam cônjuges, companheiros (as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP);

4.1.1.3. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.1.4. manter durante a vigência da Ata e do contrato todas as condições de habilitação.

4.1.2 Além das obrigações acima citadas, a CONTRATADA obriga-se a realizar o objeto utilizando profissionais regularmente contratados e especializados, atendendo as exigências de experiência e formação convencionadas, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pela condução e coordenação das atividades, além de atender integralmente a toda a legislação que rege os negócios jurídicos contratados e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na previdenciária, trabalhista, tributária e cível. Obriga-se, também, a reembolsar o CONTRATANTE de todas as despesas que este tiver decorrentes de:

I – reconhecimento judicial da subsidiariedade trabalhista do CONTRATANTE no cumprimento das obrigações trabalhistas da CONTRATADA;

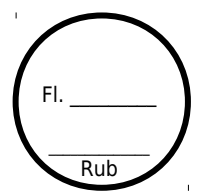
II – reconhecimento judicial de solidariedade do CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previdenciárias da CONTRATADA;

III – indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos materiais ou institucionais causados pela CONTRATADA ou seus prepostos, empregados ou não, quando da execução do Contrato.

4.1.3 A Contratada obriga-se a cumprir, ainda, todas as demais disposições contidas no instrumento convocatório e no Termo de Referência.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade do CONTRATANTE, afora outras contidas em Lei, as abaixo citadas, as constantes do Termo de Referência, da Minuta do Contrato, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados:



- a) receber e atestar a nota fiscal relativa aos serviços prestados;
- b) efetuar o pagamento no prazo e forma estabelecidos no item 7 desta Ata;
- c) realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade da contratação e dos preços registrados.

6. DO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO

6.1. A execução das atividades contratuais será acompanhada pelo Fiscal de Contratos do **CONTRATANTE**, especialmente designado para esse fim, a ser oportunamente indicado pela área gestora e obedecerá ao constante **no Termo de Referência**.

7. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

7.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, a importância mensal contratada, em até 10 (dez) dias úteis após o ateste do Fiscal de Contratos, por meio de depósito na conta-corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária, mediante apresentação de fatura ou nota fiscal dos serviços acompanhada da documentação pertinente.

7.1.1. Deverá ser emitida uma nota fiscal para cada localidade de prestação dos serviços.

7.2. Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

7.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive a apresentação do Demonstrativo dos serviços executados;

7.4. Para fins de recebimento dos créditos a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação;

7.5. Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao Imposto Sobre a Renda, às Contribuições Sociais sobre o Lucro Líquido, à Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e à Contribuição para o PIS-PASEP, conforme art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa SRF/STN/SFC nº 480, de 15/12/04, Lei nº 9.718, de 27/11/98, e, quando for o caso, ao ISS, conforme Lei Complementar nº 116/03 e Lei do Município onde serão prestados os serviços;

7.6. As empresas optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições) não sofrerão a retenção na fonte dos valores acima citados (exceto o ISS), conforme disposto no inciso XI do art. 3º da Instrução Normativa nº 480, de 15/12/04, com redação dada pela IN RFB nº 765, de 02/08/07, devendo apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, **cópia do Termo de Opção e a declaração de que trata o art. 4º da IN/SRH nº 480, de 15/12/04**, com as alterações promovidas pela IN/RFB nº 791, de 10/12/07, em duas vias, assinadas pelo representante legal;

7.7. A Seção de Execução Orçamentária e Financeira também poderá verificar a situação do fornecedor por meio de *on line* no SICAF, cujo resultado será impresso e juntado aos autos;

7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial – TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$N/30$

$EM = [(1 + TR/100)] \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;
TR = Taxa Referencial;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.

7.9. Se o inadimplemento da obrigação for provocado pela CONTRATADA, por não cumprir as suas obrigações, o CONTRATANTE ficará desobrigado de promover tal atualização monetária.

8. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A Ata de Registro de Preços **NÃO** poderá sofrer alterações **quantitativas** de quaisquer espécies, inclusive as previstas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

8.2. As alterações relativas aos preços obedecerão, no que couber, aos dispositivos citados no item 3 desta Ata de registro de preços.

9. DA EXCLUSÃO DO PRIMEIRO COLOCADO

9.1. O Contratado terá seu registro cancelado:

9.1.1. Por iniciativa da Contratante, quando:

- a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
- b) recusar-se a retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Contratante;
- c) der causa à rescisão administrativa;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
- e) não mantiver as condições de habilitação;
- f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação;
- g) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e;
- h) existentes razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.1.2. Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

9.2. Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Contratante contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.

9.3. O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da Administração do ÓRGÃO GERENCIADOR.

9.4. O fornecedor terá também o seu registro cancelado se incorrer em alguma das infrações elencadas no subitem 9.1.1, alíneas "a" a "g", perante os órgãos participantes ou que aderirem a ARP.

9.5. O cancelamento do Registro do fornecedor ou de item constante da Ata será formalizado por despacho do Ordenador de Despesa, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.6. Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado, integram o cadastro de reserva:

9.6.1. O cadastro de reserva será utilizado no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 9.1.1.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta dos recursos orçamentários a serem consignados a esta Procuradoria da República.

11. DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA

11.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses, IMPROPRORROGÁVEIS.**

12. DAS PENALIDADES

12.1 Pelas infrações decorrentes da contratação assumida com o Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, a empresa contratada estará sujeita, garantida a defesa prévia, às sanções previstas neste instrumento, na Lei nº 8.666/93, na Lei 10.520/02 e nas demais normas pertinentes.

12.2. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

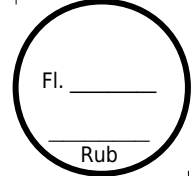
12.3. Em virtude da inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas na legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

CONDUTA	SANÇÃO
Falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos à CONTRATANTE	Advertência formal
Por dia de atraso quanto ao prazo de início da prestação dos serviços e/ou entrega de material	Multa de 0,5%, calculada sobre o valor total estimado do contrato, até o limite de 10% deste valor

12.4. Na ocorrência de falhas ou irregularidades diferentes daquelas indicadas no subitem anterior, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA quaisquer das sanções listadas abaixo, consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

- multa diária de 0,5%, calculada sobre o valor estimado do serviço, até o limite de 10% deste valor (por ocorrência);
- multa de 1% a 10% do valor estimado do serviço.

12.5. Ocorrendo quaisquer das hipóteses indicadas no subitem **12.3**, assim como nos casos previstos no subitem **12.4**, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, ainda, as seguintes sanções:



- a) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Procuradoria da República, pelo período de até dois anos; ou
- b) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 3.555/2000, Anexo I, art. 14.

12.6. As sanções previstas no subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas indicadas no subitem **12.3** e no subitem **12.4**.

12.7. As multas previstas neste item, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião de pagamentos futuros ou serão pagas por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no prazo que o despacho de sua aplicação determinar.

12.8. As sanções fixadas neste item serão aplicadas nos autos do processo de gestão do contrato, no qual será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

12.9. Comprovado impedimento ou reconhecido caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades fixadas neste item.

10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, estadual, municipal ou distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o ÓRGÃO GERENCIADOR da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

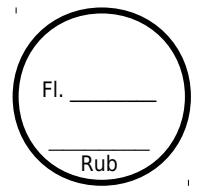
10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quántuplo do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. Para adesão, o Órgão interessado deverá encaminhar Ofício ao Gerente de Registro de Preços, por fac-símile ou e-mail (cpl@prrn.mpf.gov.br), informando a intenção de aderir à Ata, os itens e os quantitativos pretendidos.



11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera para esta Procuradoria a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da estimativa indicada no respectivo Edital de Licitação;

11.2 A empresa signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com a Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do Edital da respectiva Licitação e seus anexos, e da sua Proposta, que, independente de transcrição, passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins;

11.3 As demais condições da contratação estão consignadas no Instrumento Convocatório e seus anexos.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da PRRN, Seção da Justiça Federal no RN, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 20.520/2002, e dos Decretos nºs 3.555/2000, 3.784/2001, e 7.892/13 e demais normas aplicáveis.

12.3. E por estarem ajustados, é lavrada a presente Ata, extraída em **03 (três) vias** de igual teor e forma, que depois de lida e achada conforme vai assinada pelas partes.

Natal, ___ de _____ de 2014.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Nome do Gerente de Registro de Preços

NOME DA EMPRESA
Nome do Responsável – Função/ Cargo na Empresa

ANEXO V
PREGÃO N° __/2014
(MODELO)

PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) n° _____ e inscrição estadual n° _____, estabelecida no(a) _____, para atendimento do objeto destinado à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO n° __/2014**, aceita cotar os bens objeto do certame com preços iguais aos dos licitantes vencedores, nas mesmas unidades e quantitativos, conforme tabela abaixo.

Para tanto, oferecemos a essa Instituição os preços para os itens a seguir indicados, observadas as especificações e exigências de que tratam o Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

OBS.: Os interessados deverão preencher os campos relativos ao valor apenas com relação aos itens que têm interesse em reduzir.

Informamos, por oportuno, que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito fornecimento dos materiais, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____
- b) CGC (MF) n°: _____ Insc. Estadual n°.: _____
- c) Endereço: _____
- d) Fone/Fax: _____ E-mail: _____
- e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
- f) Banco _____ Agência n°: _____ Conta n°: _____

Declaramos, para todos os fins, que o fornecimento dos materiais se dará de acordo com especificações definidas nesta proposta e respeitando o estabelecido em Edital e seus Anexos.

_____/____, ____ de _____ de _____.

 Assinatura e carimbo
 (REPRESENTANTE LEGAL)